

Revisitando o conceito de identidade nacional

Jean Carlos Moreno

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MORENO, JC. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., and GUIMARÃES, V., orgs. *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 7-29. Desafios Contemporâneos collection. ISBN 978-85-7983-515-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revisitando o conceito de identidade nacional

Jean Carlos Moreno¹

Os diversos sujeitos sociais conduzem suas experiências por representações – atribuídas, autoatribuídas e compartilhadas – a respeito de quem são e de quem podem ou desejam ser. Essencialmente conflitiva, envolvendo interação social, afetos, autoestima e jogos de poder,² a *identidade* é uma categoria social discursivamente construída, expressa e percebida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas, midiáticas.

1 Professor adjunto do colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Publicou, dentre outros, *Quem somos nós: apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de História* (Paco Editorial, 2014). E-mail: jeanmoreno@uenp.edu.br.

2 Os discursos sobre identidade podem ser interpretados como um exercício de poder simbólico – firmado no reconhecimento – que produz a existência daquilo que enuncia, como bem já demonstrou Bourdieu (1989). A abordagem sobre esse poder, essa magia social – tentar trazer à existência a coisa nomeada –, faz parte do convite de Bourdieu aos pesquisadores para incluir, no que se entende por real, a representação do real, ou, melhor, a luta por – e entre – representações que têm por fim impor sentido e consenso. “As lutas a respeito da identidade são um caso particular nas lutas das classificações, pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos” (idem, p.113).

Mais incisivamente do que a noção de *cultura*, a *identidade* implica a produção de discursos portadores de signos de identificação. Nem sempre um grupo com uma cultura em comum percebe-se, denomina-se, reconhece-se ou é objeto de discursos identitários. A identidade estaria ligada, desta forma, à *representação* da cultura de um ou mais grupos humanos. Essa constatação leva o influente sociólogo contemporâneo, Manuel Castells (1996, p.26), a definir a identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Essa *construção* se serve, também, de diversas matérias-primas fornecidas pela história, geografia, biologia, pela memória coletiva, pelos aparatos de poder etc.

Se o discurso não cria, ele, ao menos, organiza a diferença, produzindo identidades que se consolidam em processos sociais e se expressam por meio de ações simbólicas, textos e contextos. Compreender a identidade como figura discursiva significa entendê-la como criatura da linguagem (Silva, 2009b), ato de criação linguística, uma espécie de metadiscurso sobre experiências históricas (Diehl, 2002, p.128), uma construção que se narra (Canclini, 1995, p.139). Essas narrativas orientam as ações humanas, funcionando como construção, afirmação, imposição ou depreciação das identidades sociais.

Sendo um texto representativo cujos autores são, necessariamente, sujeitos sociais, a construção social da identidade acontece sempre num contexto de relações de poder. Todavia, ainda que as identidades possam, também, ser estruturadas a partir de instituições dominantes, é forçoso reconhecer, com Lilia Moritz Schwarcz, que

o sentido da identidade não é o espaço do aleatório, mas parte de um universo cultural reconhecível e compartilhado [...] seu “sucesso”

está ligado a uma comunidade de sentidos e à possibilidade de serem [os símbolos que estruturam os discursos identitários] ao mesmo tempo, inteligíveis e partilhados. (Schwarcz, 2003, p.384)

As identidades são sempre *construção*, mas não necessariamente *invenção* no sentido de um ato de poder deliberado, conscientemente imposto e assimilado integralmente.

De fato, a *identidade* é sempre algo muito evasivo e escorregadio na imaginação sociológica (Cf. Bauman, 2005), contudo ela se torna concreta nos discursos sociais, ou melhor, nas práticas discursivas, nas quais se verifica que, junto com um discurso acadêmico e reivindicações que tomam a identidade num viés *pluralista*, convivem outras formas de interpretação/ação discursiva, inclusive posturas que se costuma chamar de *essencialistas*. Por vezes, é através dessas posturas que a identidade é objetivada nos usos sociais.

Nas percepções *essencialistas* as identidades aparecem como realidades perenes, estáveis, definitivas, homogêneas e inatas. Um processo de *categorização social*, presente nas práticas discursivas, simplifica as diferenças e tende a dirimir as contradições, construindo representações de identidades imanentes. Embora no nível das representações a identidade tenha sempre que estar ligada a uma continuidade no tempo, nos discursos *essencialistas* esse tempo é congelado, mitificado, e as especificidades culturais tornam-se um fato social, pouco suscetível a mudanças.

As análises contemporâneas destacam o embate entre esses dois posicionamentos a respeito das representações das identidades. Nas posições *essencialistas* a noção de identidade (ou de identificação) acaba por tomar o lugar de uma acepção de “*natureza humana* vista como um legado durável e que não deveria ser revogado” (Bauman, 2008, p.180). Numa outra compreensão, percebe-se que as categorias sociais – a nacionalidade, o gênero e a classe – que eram utilizadas, quase como sendo evidentes ou *naturais*, para atribuir identidades aos diferentes sujeitos são

colocadas em xeque e iluminadas tanto pelas práticas sociais quanto pelas lentes acadêmicas, evidenciando que as identidades sociais são múltiplas, maleáveis e estão em constante transformação.³ Diferenças, antes obscurecidas por essas macrocategorizações, proporcionariam, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais, reforçando outros laços e lealdades culturais “acima” e “abaixo” do nível do Estado-nação (Cf. Hall, 2006, p.67).

Todavia, se a crescente complexidade das dinâmicas sociais e a aceleração das transformações tornam mais visível a identidade nacional como um construto discursivo – com suas contradições e lacunas –, é interessante perceber, no lado oposto, a longevidade das representações em torno das identidades nacionais, demarcando ainda um “território de imaginação” por onde as disputas materiais e simbólicas se estabelecem.

O debate em torno das identidades nacionais

A *nação*, como “princípio de visão e di-visão” (Bourdieu, 1989) da organização política e social, tornou-se elemento onipresente como “principal fonte de identidade cultural na modernidade” (Hall, 2006, p.47). No decorrer dos séculos XIX e XX, a identidade nacional paulatinamente se deslocou para o campo das representações já consolidadas, capaz de ser fundamento para a mobilização política e ideológica,⁴ envolvendo, inclusive,

3 Como todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos, a percepção deste aspecto multidimensional das identidades leva os pesquisadores a destacar sua fluidez e dinamicidade e, especialmente, a sua dimensão histórica, apesar da aparente constante temporal. O que passa a ser questionada, no âmbito acadêmico, é a maneira de ler, interpretar e representar as identidades.

4 O discurso nacionalista, por vezes, reifica a nação tornando-lhe até mesmo um sujeito social dotado de individualidade. Essa “personalização” inclui, para Luís Fernando Cerri, um tratamento dado à nação como indivíduo dotado de

fatores emocionais e afetivos como a segurança, as certezas, as esperanças e, até mesmo, a fé, tornando-se importante elo explicativo para a relação entre o passado, o presente e o futuro. Esse fenômeno capaz de gerar vinculações tão profundas é fruto – ambíguo, por certo – de relações sociais e culturais intrínsecas à modernidade europeia que se consolida e se irradia no século XIX.

Já se tornou comum (mas continua ainda útil), ao se falar de modernidade, evocar as palavras de Marx e Engels

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos [...] Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar. (Marx; Engels, 1982, p.67)⁵

O contexto em que emergem os discursos em torno da nação coincide com essa percepção da modernidade marcada pela ace-

“vontade, autodeterminação e capacidade de atuar sobre a natureza e outros indivíduos” (Cerri, 2002, p.198). Em outra instância, a reificação faz a nação funcionar como *semióforo*, como aponta Marilena Chaui (2000). Carregando uma significação com consequências presentes e futuras para os homens e dotada de grande força simbólica e fecundidade, a nação, como semióforo, torna-se a matriz do poder político, “objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa” (idem, p.14).

5 Autores contemporâneos traçam caminho semelhante à constatação de Marx e Engels. Marshall Berman afirmaria que ser moderno é “experimentar a existência pessoal e social como um torvelinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambiguidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo o que é sólido desmancha no ar” (Berman, 1986, p.328). Na mesma direção, vai a análise de Bauman: “a modernidade é o que é – uma obsessiva marcha adiante – não porque sempre queira mais, mas porque nunca consegue o bastante; não porque se torne mais ambiciosa e aventureira, mas porque suas aventuras são mais amargas e suas ambições frustradas. A marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária” (Bauman, 1999, p.18). Embora as constatações apontem para a constituição de uma (des)ordem pós-tradicional, com o ritmo de mudanças gerando ambiguidade e angústia, é preciso destacar que no trecho citado, Marx e Engels estão elogiando as mudanças promovidas pelos revolucionários burgueses.

leração das mudanças, por transformações estruturais intensas, dentre elas a industrialização, a urbanização, a secularização e as lutas pela democracia constitucional, cujos efeitos se percebem, também, no desenraizamento das culturas e valores tradicionais. Os modos de vida convencionais e as tradições passam a ser postos em xeque. O filósofo social inglês Anthony Giddens considera que “as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social, quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e ao seu impacto global” (Giddens, 2002, p.9). E ele vai além:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. [...] as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança características dos períodos precedentes. [...] elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (Giddens, 1991, p.14)

Todas essas constatações a respeito da modernidade, em um primeiro momento, parecem produzir um contraste excessivo com a ideia de nação baseada nas “origens, na continuidade, na tradição, na intemporalidade” (Hall, 2006, p.53).⁶ Contudo, um olhar mais atento perceberá que a *nação*, como discurso identitário e organização sociopolítica que se impõe gradativamente no século XIX, está imbricada com o desenraizamento cultural e a aceleração das transformações sociais.

Bauman nos mostra que essa mesma modernidade, vivida como redemoinho, projetava, ao menos como desejo, uma nova

6 O contraste aumenta ainda mais se pensarmos em reflexões como a de Kumar: “a modernidade sente que o passado não tem lições para ela; seu impulso é constantemente em direção ao futuro” (Kumar, 1996, p.473).

ordem. “Os sólidos podem ser derretidos, mas o são para moldar novos sólidos” (Bauman, 2008, p.182). Embora não coadune sempre com os padrões de racionalidade e lógica ideados pela modernidade, o discurso da nacionalidade foi capaz de dar conta de uma perspectiva de futuro e de transformação e, ao mesmo tempo, eliminar, ao menos no nível simbólico ou imaginário, o caos e a desordem. Assim, a *nação* torna-se um projeto de estabilidade diante do que *se desmancha no ar*. Através dela as transformações podem ser explicadas e adquirir sentido.

A ideia de nação, de identidade nacional, e seu desenvolvimento como força política, tem sido debatida há muito tempo pelas ciências sociais. Nem todos os autores endossariam integralmente o diagnóstico apontado acima. Vale a pena examinarmos alguns destes posicionamentos, suas aproximações e divergências para daí extrairmos mais algumas possibilidades interpretativas que nos ajudarão nesta abordagem sobre os dilemas da identidade nacional.

Ainda no século XIX, é do historiador francês Ernest Renan um dos mais célebres textos sobre a existência da nação e seus fundamentos. Em sua conferência proferida na Sorbonne, em 1882, intitulada “Que é uma nação?”, desenvolveu um raciocínio em defesa do princípio nacional, mas, surpreendentemente, se levarmos em conta a época, contrariando os principais argumentos utilizados neste período com relação à base formadora das nações. Para ele, a nação não seria fruto da raça, da religião, da língua, da geografia, nem das necessidades militares.⁷ Ela seria procedente, isto sim, de uma vontade comum no presente,

7 Angela Alonso e Samuel Titan Jr. alertam para não nos empolgarmos com o “sabor antropológico” dos argumentos de Renan construídos já em tempos de oposição entre França e Alemanha. Em outros escritos, o historiador francês utiliza com veemência o conceito de *raça* para explicar a situação das colônias europeias. Sua concepção de nação valia, portanto, apenas para o seu continente (Alonso; Titan Jr., 1997).

do esquecimento da violência originária de todas as nações e da valorização de uma glória comum, herança do passado. Mais do que um consenso, base de um contrato social moderno, esta última característica, para o autor, faz da nação “uma alma, um princípio espiritual” (Renan, 1997, p.173).

Já na ciência social clássica o tema da nação é abordado, dentre outros, por Marcel Mauss e Max Weber. Na busca por classificar as formas políticas da vida social, ambos vão entender que o Estado-nação representaria o ápice da integração e de uma solidariedade social orgânica. É justamente esse sentimento de coletividade, consubstancializado na instituição do Estado pela nação, que marcaria uma passagem evolutiva na organização política. À maneira de Renan, Mauss entende a nação como fruto de um consenso, de uma vontade geral e reconhece que é a nação estabelecida quem cria a ideia de unidade racial e, também, muitas de suas tradições, selecionadas entre práticas culturais diversas. A concepção de nação, para este autor, assemelha-se aos discursos sociais nacionalistas, que se estabeleceram a partir do século XIX, ressaltando a unidade moral dos indivíduos que a compõem. A nação é, assim, um fato social estabelecido pela vontade, mas também por uma evolução natural que a faz a continuidade da solidariedade orgânica dos clãs primitivos. O mérito da identidade nacional para Mauss estaria em construir uma resposta à tendência à desintegração provocada pela modernidade, abolindo as divisões internas da sociedade e ampliando largamente a solidariedade e a homogeneidade do clã primitivo.⁸

8 Portanto, a nação, para Mauss, é dotada de um conteúdo altamente positivo. Conquanto reconheça que certa presunção natural e chauvinismo sejam intrínsecos à imaginação nacional, o nacionalismo exacerbado, com a xenofobia e a defesa do tradicionalismo, seria, para o antropólogo francês, uma patologia da identidade nacional que deveria ser extirpada como um abscesso.

O discurso de Renan fez escola e a argumentação de Weber começa por negar a centralidade da religião, da língua e dos laços consanguíneos para o estabelecimento das nações. Contudo, ainda que levando em conta o papel dos intelectuais e da imprensa (livros, periódicos e, acima de tudo, os jornais) na difusão do princípio nacional, Weber entende a nação como uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio. Logo, não será fruto apenas do desencantamento do mundo gerado pela modernidade, mas da necessidade de coesão inerente a qualquer comunidade política. Não obstante reconheça que a homogeneidade nacional seja indefinida e baseada em sentimentos de solidariedade bastante heterogêneos, para Weber há um *sentimento de nacionalidade* anterior à institucionalização da nação política.

A partir da década de 1970, passa a predominar, no seio da produção intelectual, a rejeição a concepções *essencialistas* da identidade nacional. Dentro de uma posição *construtivista*, percebendo que as categorias sociais são culturalmente construídas, autores se dispõem a encarar a nação como artefato cultural, portanto, como *representação* (Cf. Rovisco, 2003).⁹ Estará em debate a ação do Estado moderno e do nacionalismo, como movimento político, na formação da identidade nacional. A homogeneidade cultural da nação poderia ser induzida politicamente. Em que pesem sua relação com outras formas de identidade anteriores,

9 Posições do tipo *essencialista* ainda circulam, inclusive na produção intelectual. A obra de Josep Llobera, *The God of Modernity* (publicada originalmente em 1994), por exemplo, apropriando-se de historiadores como Marc Bloch e Huizinga e de sociólogos como Weber, procura entender a nação como um valor cultural, como uma comunidade enraizada na totalidade da população e com uma larga história anterior. Para este autor, ao final da época medieval, a identidade nacional estava determinada: “es cierto que el nacionalismo moderno sólo apareció como una secuela de la Revolución Francesa, pero la identidad nacional es un fenómeno de la *longue durée*” (Llobera, 1996, p.13). Llobera, no entanto, prudentemente, se abstém de generalizar suas conclusões para outros lugares fora da Europa ocidental.

as identidades nacionais seriam um fenômeno recente, forjado por uma série de interesses políticos e econômicos.

Ernest Gellner talvez mantenha a posição mais veemente dessa vertente. Para ele, as nações são construídas por uma ação da elite que assume o Estado no século XIX. Trata-se de uma tentativa de amalgamar a unidade política a uma unidade cultural. É a ação centralizada do Estado que proporciona a homogeneização de uma identidade nacional, através da educação pública e da implantação de um sistema de comunicação de massas capazes de unificar a língua, difundir certo padrão de uma cultura de elite, mitos históricos e “‘invenções históricas’ arbitrarias” (Gellner, 1993, p.89).

Ainda nesse viés interpretativo, mas em busca de olhares mais amplos quanto às ideias de *manipulação* e *invenção*, as análises de Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Anthony Smith são as que acabam por nortear a maior parte das interpretações contemporâneas sobre a identidade nacional.

Os posicionamentos do historiador inglês Eric Hobsbawm em *Nações e nacionalismos desde 1780* são os mais próximos aos de Gellner. A exemplo deste último, Hobsbawm (1991, p.19) salienta “o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. [...]. As nações não formam os estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.

Numa abordagem semelhante, na forma, à de Renan, Hobsbawm vai, paulatinamente, refutando as teses que tomam a língua, a etnicidade e a religião como elementos pré-formadores da nação. Para ele, a criação de um Estado administrativo moderno, mobilizador e influenciador dos cidadãos, e a democratização da política são os fatores essenciais na formação das nações modernas. “Os Estados iriam usar a maquinaria de comunicação, crescentemente poderosa, junto a seus habitantes – sobretudo, as escolas primárias – para difundir a imagem e a herança da ‘nação’ e inculcar adesão a ela [...].” (Hobsbawm, 1990, p.112).

Por outro lado, Hobsbawm tenta se distanciar da concepção de “modernização pelo alto” defendida por Gellner. O nacionalismo se constrói por ações e reações que também podem vir da mobilização popular e, em muitos casos, haveria laços *protonacionais*, sentimentos de vínculo coletivo pré-existentes, passíveis de serem operados na escala macropolítica pelos Estados ou movimentos nacionalistas.¹⁰ É nesta perspectiva que Hobsbawm acaba por caracterizar as nações como:

fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. (Hobsbawm, 1991, p.20)

Referência ainda mais presente nos estudos contemporâneos a respeito da nação e do nacionalismo será a obra *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson. Nela, o autor percebe a nação como fruto mais ou menos espontâneo do “‘cruzamento’ complexo de diferentes forças históricas” (Anderson, 2008, p.30), que se engendram a partir do final do século XVIII, e não apenas como objeto de uma manipulação vinda de um centro controlador.

Uma das chaves principais para entender esse fenômeno estaria no desenvolvimento da imprensa como mercadoria – o que ele chama de *capitalismo editorial*. A busca por novos públicos leitores proporcionou o desenvolvimento de línguas impressas (com uma maior fixidez do que as orais, dando impressão de

10 Inclusive com a possibilidade de “preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas ‘reais’” (Hobsbawm, 1990, p.63).

permanência no tempo) e campos unificados de intercâmbio e comunicação.

A *nação* seria, então, uma “comunidade imaginada” – como o são todas as sociedades, “necessariamente, uma estrutura social e um artifício de imaginação” (Balakrishnan, 2000, p.216) – e alicerçada sobre as transformações geradas por novas relações sociais de produção que despontam com a modernidade. Entretanto, para Anderson, a partir do momento em que o modelo está estabelecido, ele é plausível de ser imitado, com diversos graus de consciência, inclusive como objeto de manipulação intencional. Ao se referir aos novos Estados-nação surgidos da dissolução dos impérios europeus, o autor afirma que:

[...] nas políticas de “construção da nação” dos novos Estados, vemos [...] um autêntico entusiasmo nacionalista popular ao lado de uma instilação sistemática, e até maquiavélica da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante. (Anderson, 2008, p.164)

Na maior parte de sua análise, contudo, Anderson faz um esforço para mostrar que as nações são portadoras de uma legitimidade muito forte, despertando um apego emocional profundo. A forma de funcionamento do nacionalismo estaria mais próxima do fenômeno religioso do que das ideologias políticas. Propõe, neste caminho, o “entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los” (Anderson, 2008, p.39). As nações seriam, portanto, imaginadas dentro dos limites e ideais vividos a cada momento histórico por comunidades específicas. Como diz Lilia Moritz Schwarcz no prefácio à edição brasileira do livro de Anderson: “Não se imagina no vazio e com

base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos [...]” (Schwarcz, 2008, p.16).

Constatando a ubiquidade da *nação* no mundo contemporâneo, o teórico inglês Anthony Smith, por sua vez, insiste um pouco mais do que seus pares nas origens pré-modernas desse fenômeno. A chave para interpretá-lo estaria nas raízes étnicas comuns, legatárias de uma história de longo prazo.

[...] historicamente, as primeiras nações foram [...] formadas com base em núcleos étnicos pré-modernos e, por serem poderosas e culturalmente influentes, forneceram modelos para casos subsequentes de formação de nações em muitas partes do globo.

[...] o modelo étnico se tornou cada vez mais popular e corrente [...] por assentar tão folgadoamente sobre o tipo de comunidade “demótica” pré-moderna que sobreviveu até a era moderna em tantas partes do mundo. Por outras palavras, o modelo étnico foi sociologicamente fértil. (Smith, 1997, p.60)

A ênfase na interpretação da nação como uma espécie de depositário histórico de longo prazo faz Smith diminuir o peso da ideia de *fabricação* ou *invenção*. “A invenção deve ser entendida em seu outro sentido: é uma recombinação inédita de elementos já existentes” (Smith, 2000, p.202). A *nação* trata-se, então, de um fenômeno cultural que ganha uso político e ideológico.

Contudo, Smith não se distancia tanto dos demais autores tratados quanto, num primeiro momento, poderia parecer. Ele reconhece que as nações modernas, com cidadãos massificados, só puderam emergir na era do industrialismo e da democracia. A linguagem e o simbolismo nacionalistas começam como um fenômeno de elite, no qual os intelectuais desempenham um papel preponderante. Um vigoroso programa de socialização política, realizado através dos sistemas de comunicação e de educação

pública de massas foi essencial para o Estado configurar a nação moderna em conjunto com (e no contexto de) outros processos. Assim é que a “nova concepção da nação foi criada para servir como estrutura espaço-temporal de ordenação do caos e para dar significado ao universo, ao prender aspirações e sentimentos de massa pré-modernos a laços locais e familiares” (Smith, 2000, p.103).

As visões sobre a nação apresentadas até aqui carregam em si divergências explícitas, mas também certa complementaridade. É possível, assim, destacarmos, a partir das convergências, uma leitura geral sobre as possibilidades interpretativas contemporâneas a respeito da nação e das identidades nacionais como sistemas simbólicos atribuidores de identidades sociais.

Como diz José Murilo de Carvalho (2003, p.397), “às vezes, o Estado cria a Nação, às vezes é o oposto que se dá, às vezes criam-se os dois mutuamente”. Para além das dúvidas a respeito da precedência, importa-nos perceber que a constituição do binômio “*Estado-nação*” indica que na modernidade houve uma tendência para tornar “a cultura e a esfera política congruentes” (cf. Hall, 2006). A unificação política, concomitante à unificação cultural, faz, para a maior parte dos casos, as exigências de lealdade ao Estado e à nação coincidirem. Isso explica, em parte, a permanência das representações da identidade nacional: o Estado-nação tornou-se o espaço (físico e simbólico) privilegiado da ação política e é dentro deste espaço que ocorrem a maior parte das interações sociais. Como mostra Hobsbawm (1991), a presença do carteiro, do policial, do professor, da estrada de ferro, dos soldados, dos censos periódicos etc. indica um aumento significativo de intervenções do Estado na vida das famílias ao longo do século XIX.¹¹

11 A referência temporal do diagnóstico é específica para parte da Europa e para os EUA.

No mesmo caminho, embora possa se observar elementos anteriores à modernidade capitalista na formação das identidades nacionais, é preciso considerar que a difusão dos ideais de nação e do nacionalismo é legatária do trabalho e da adesão essencial de uma categoria a que Antony Smith chama de *intelectuais-pedagogos*. Em sua obra, Anderson (2008) salienta o papel desempenhado pela cultura escrita e pela imprensa na construção, narração e difusão do sentido da nação. É justamente entre essa parte da camada letrada, capaz de – e disposta a – produzir representações escritas (ou iconográficas), que se encontra certo sentido de missão (autoatribuído) para instituir, despertar ou resgatar a identidade nacional. Em que pese a necessidade da existência de precondições objetivas para a eficácia das representações construídas, percebe-se que foram os intelectuais que *propuseram e elaboraram os conceitos e a linguagem da nação e do nacionalismo* (Smith, 1997, p.119) ao menos em sua versão mais visível. A promessa nacionalista de posteridade atraiu poetas, músicos, pintores, escultores, romancistas, historiadores, arqueólogos, dramaturgos, filólogos, lexicógrafos, antropólogos e folcloristas (Smith, 1997, p.119) que procederam à “escavação” intensa à procura de uma identidade e de valores *genuinamente nacionais*, projetados a partir de um passado comum.

É dessa maneira – através de reconstruções e bricolagens – que os discursos identitários que fundamentam a nação, estruturam-se sobre a “recombinação de elementos pré-existent” (Cf. Smith, 2000, p.207). Mesmo considerando a possibilidade de ação direta e intencional do Estado através dos meios de comunicação,¹² nos quais também podem ser incluídos a escola e os livros didáticos; é preciso ponderar que esta ação se utiliza de va-

12 Ressalvando que o nacionalismo não é necessariamente um fenômeno das elites, não raro refletindo até mesmo uma reação contra as elites mundiais (sobre o assunto ver Castells, 1996).

lores enraizados com certo respaldo social. Toda representação de identidades necessita dessa ressonância: “é nas cosmologias pré-existentes em concepções arraigadas que se encontram o material suficiente, o repositório partilhado para a conformação de modelos identitários, que fazem sentido para além da manipulação mais imediata” (Schwarcz, 2001, p.14). A seleção, contudo, dos aspectos da cultura a serem ressaltados é feita, muitas vezes, com a atribuição de outros valores a estes elementos, buscando-se uma ressignificação consonante com objetivos de cada grupo em cada período. O fim almejado será sempre a conquista da adesão afetiva, canalizando interesses, emoções, aspirações e medos coletivos.

De toda forma, é possível perceber que nos discursos a respeito da nação, os componentes culturais, políticos, afetivos e racionais estão entrelaçados. Essa constatação significa não endossar a dicotomia entre o modelo étnico e cívico *oriental* – uma superfamília imaginária, concepção orgânica e mística – e o *ocidental* – racional e associativo (Cf. Kohn, apud Smith, 1997) – de nação. Rita Ribeiro mostra que para a compreensão do fenômeno é necessária a inter-relação entre os dois modelos de nação cultural-étnico-orgânico e cívico-político-territorial:

[...] mesmo as nações políticas têm necessidade de um grau mínimo de coesão cultural, sacralizam os seus símbolos e deitam mão da força do Estado para homogeneizarem a língua e o sistema educativo nacional, assim como as nações étnicas, cujas fronteiras estão idealmente no sangue, na linhagem e na cultura, fizeram e fazem quase sempre apelo à formação de um Estado soberano, senão independente. (Ribeiro, 2004, p.90)

Bauman, em suas análises, também procurou diminuir o peso da oposição entre a possibilidade de pertencer a uma nação por adscrição primordial ou por escolha. O fato é que cultura e polí-

tica, etnicismo e civismo se amalgamam na tendência à homogeneização que as representações de identidade nacional carregam consigo. É dentro dos ideais românticos que a nação passa “a ser concebida como uma entidade emotiva, símbolo da singularidade, à qual todos os homens deveriam se integrar” (Oliveira, 1990, p.43). O “nós” coletivo, a “camaradagem horizontal” (Anderson, 2008), a neutralização das diferenças e o ressaltar das semelhanças fazem parte da constituição de certa “utopia das desigualdades harmônicas” (Marchi, 1994),¹³ presente nos projetos nacionais dos vários modelos difundidos pelo globo.

Toda identidade, no nível das representações, tem sempre que estar ligada a uma continuidade no tempo, por isso a emergência da História como disciplina acadêmica e escolar no século XIX é aspecto central para a consolidação política e simbólica dos Estados-nação. A escrita da história é mais que um espaço privilegiado, é protagonista na construção da lógica e da legitimação das narrativas da nação. José Carlos Reis chega a afirmar que a crítica historiográfica é a própria “vida do espírito” de uma nação. A narrativa histórica acaba se constituindo no principal meio capaz de promover a “transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado” (Anderson, 2008, p.19). Trata-se da busca de um passado *utilizável* cuja construção evidencia também a ligação entre o historicismo e o Romantismo no século XIX.¹⁴

13 Tomo o termo emprestado de Euclides Marchi que, por sua vez, o utiliza para explicar o projeto de mundo presente na *Rerum Novarum*, base da doutrina social católica.

14 Além de certa nostalgia pelo passado, no qual se encontraria a origem e a essência do espírito nacional, boa parte da historiografia do século XIX vai compartilhar com o Romantismo da *forma* do romance moderno, compondo um *bildungsroman* da nação. “E é o romance, um gênero literário tão jovem quanto a ideia de nação, que servirá, ao mesmo tempo, de modelo narrativo para as primeiras elaborações eruditas de escrita nacional e de vetor de difusão de uma nova visão do passado” (Thiesse, 2002, p.12).

Diferentemente dos princípios universalizantes iluministas, o discurso histórico nacional valorizará a especificidade, aquilo que é irredutível, compondo, concomitantemente, sentido de coerência ao longo do tempo. Um dos seus objetivos é “colocar em evidência a continuidade e a unidade da nação como ser coletivo através dos séculos, apesar de todas as opressões, de todos os infortúnios, de todas as traições” (Thiesse, 2002, p.12). A nação é representada, então, como algo que sempre existiu. As representações construídas produzem ou reforçam a crença subjetiva na ascendência étnica comum (Cf. Weber, 1991) e na existência de um território de origem e destino. Na projeção temporal, a nação surge como um devir deste território e deste povo original.

É com auxílio do discurso histórico que as principais representações da nação se consolidarão. Na construção discursiva da nação, neste espelho em que se projeta sua unidade orgânica, há representações que, por sua constante reiteração, acabam tendo um peso maior, instalando-se com certa profundidade no imaginário social. São *representações fundadoras* em um duplo sentido, expresso em duas formas de discurso complementares: a) são fundadoras no sentido de serem as primeiras representações que o país recebeu, reforçadas (especialmente – mas não apenas – no caso das imagens “positivas”) no momento do empenho na construção da identidade nacional dentro dos ideais românticos; b) são fundadoras as representações que evocam um *evento de fundação*, no qual se definiriam as características básicas da nação a se perpetuar no tempo. Essas representações se enraízam de tal forma que as construções discursivas as quais tentam superá-las têm forçosamente que negociar sentidos com elas.

Uma produção teórica consistente tem dado destaque à força dessas representações. Marilena Chaui as toma por *mito fundador*, no sentido antropológico em que essas narrativas são a “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da rea-

lidade” (Chauí, 2000, p.9). Ao percebê-lo como produtor e produto de uma consciência, ainda que difusa, de pertencimento, a autora considera que o *mito fundador* “oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados” (Chauí, 2000, p.10).¹⁵

Em outro caminho teórico-metodológico, mas não menos instigante, Eni P. Orlandi analisa essas representações como *discursos fundadores*, aqueles que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de um país. Para essa pesquisadora, estes enunciados “vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente [...] nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido” (Orlandi, 2001, p.12). São as imagens enunciativas emanadas dos *discursos fundadores* que transfiguram o sem-sentido em sentido, operando um silenciamento, ainda que temporário, de outros sentidos excluídos. Nas palavras da autora, o discurso fundador

instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma nação, uma nacionalidade. (idem, p.24)

Sejam tratadas como mitos, discursos ou representações, as narrativas da nação são constantemente *presentificadas* – mas também *ressignificadas* – na busca de coesão social. Este processo de retroalimentação faz com que o passado não seja assim “tão

15 Chauí (2000, p.9) investe inclusive na acepção psicanalítica do mito, tomando-o como “impulso à repetição de algo imaginário que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela”.

passado”, pois a própria nação torna-se *um sistema de representação cultural* ligado a interesses dos grupos sociais, nos jogos, confrontos e conciliações de poder na sociedade.

É assim que as representações da nação são vivenciadas concretamente pelos agentes sociais, conforme os grupos de que fazem parte. Os atores sociais tomam essas representações como reais, incorporando-as como referentes para suas interpretações. As representações da nação, presentes nos discursos das mais variadas tendências políticas, atuam articulando sentidos: servem de fonte legitimadora e acabam por orientar estratégias, projetos e outras práticas sociais.

À guisa de epílogo

No final do seu livro sobre nações e nacionalismos (escrito nos finais dos anos 1980), Hobsbawm constatava (a partir de uma metáfora hegeliana) que a coruja de Minerva – que traz sabedoria, mas voa no crepúsculo – estava agora rondando as nações e o nacionalismo. No auge dos discursos sobre a globalização, nos finais da década de 1990, analistas também anunciavam a crise do Estado e da identidade nacional como instrumento capaz de dar sentido ao mundo contemporâneo. No mesmo caminho, pesquisadores sobre as identidades apontam, ainda hoje, uma menor presença da identidade nacional para a construção dos sujeitos contemporâneos.

Em que pesem a relevância dessas análises que levam em conta a transnacionalidade das relações econômicas e a possibilidade de comunicação em rede, outros autores, contemporaneamente, têm ressaltado que se vive em um mundo onde as questões e desafios colocados pela modernidade ainda não foram plenamente respondidos. Constata-se, então, a permanência da *identidade nacional* como forma de identificação coletiva, convi-

vendo, sem se apagar, com outras formas de identidade devido à sua estruturação “mais híbrida na articulação entre diferenças e identidades culturais – gênero, raça ou classe – do que uma estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social é capaz de representar” (Bhabha, 2001, p.534).

Embora, como vimos anteriormente, novas fontes de identidade despontem na contemporaneidade, representações das identidades nacionais são constantemente reiteradas no presente. De fato, essas representações continuam circulando na produção acadêmica, na mídia, na memória, na tradição, na escola. Essa possível ubiquidade se revela em formas que chegam a “impregnar de tal maneira nossa vida coletiva que resultam invisíveis de tão óbvias” (Rosa; Bellelli; Bakhurst, 2008, p.179). Para Smith, a persistência dos discursos de identidade nacional estaria ligada à multidimensionalidade da concepção de nação, característica que a teria transformado numa força “flexível e persistente da vida e da política moderna” (Smith, 2000, p.30), permitindo que se associasse eficazmente a outras forças e movimentos modernos, sem perder os seus elementos centrais. Anderson (2008) já alertava que as nações são portadoras de uma legitimidade muito forte, despertando um apego emocional profundo. A complexidade e a resistência do fenômeno da identidade nacional podem ajudar a explicar, inclusive, a permanência de certa “visão romântica de nação – espaço homogêneo do território, tempo homogêneo da história nacional, cultura homogênea em toda a população” (Novaes, 2003, p.12).

Na atualidade, há, portanto, que se considerar uma longa trajetória de discursos de identidade nacional, veiculados no decorrer do tempo, que funcionam como uma *história incorporada*,¹⁶

16 Ao abordar as relações entre a história reificada e a história incorporada, Bourdieu amplia suas observações sobre a origem social das representações, ou melhor, das práticas culturais. Para ele, há uma história em estado objetivado, que se acumulou ao longo do tempo nos objetos, ferramentas, instituições. Há

a qual não se pode desprezar. Como se refere a pesquisadora Rita Ribeiro (2004, p.11), “depois do nacionalismo, nada pode ser pensado como se ele não tivesse existido e, como tal, não é simplesmente possível passar por cima das nações”. A eficácia discursiva, simbólica e política de novas representações identitárias dependerá do diálogo estabelecido com elementos de permanência de longo prazo, dentro das condições e limites dados por conjunturas específicas. Alberto Rosa, Guglielmo Bellelli e David Bakhurst, ajudam-nos a pensar um pouco mais sobre as permanências e reiteraões das representações identitárias nacionais, seus discursos e suas possibilidades de transformação:

no resulta sorprendente que sentimientos de identidad y modos de ser colectivos tengan una gran capacidad de permanencia, a pesar de cambios culturales, sociales y políticos bastante radicales. El universo simbólico, los mitos del pasado colectivo, la propia idea del “nosotros” colectivo resultan extremadamente resistentes a la substitución de unos significantes por otros, aunque eso no quiere decir que el cambio sea imposible, pues la Historia nos muestra cómo etnias y naciones se crean, se transforman o llegan a disolverse. Lo que sí parece claro es que no resulta fácil imponer cambios culturales, ni alterar las ideas constitutivas que las personas de una comunidad tengan sobre su propio ser, aunque se utilicen métodos muy brutales. La modificación de las señas de identidad no sólo pasa por el cambio de una simbología sino, también, por el de los mismos significados que se transportan, que deben ser convencionalizados en la comunidad que los utiliza, y entrar en

também uma história que se tornou *habitus*, incorporada, inscrita nos corpos, noção que se aproxima à ideia de segunda natureza de Norbert Elias. Essa permanência (o passado continua vivo) restringe o universo dos possíveis. “Podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também que aquilo que uma vez foi ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos” (Bourdieu, 1989, p.100).

la dinámica afectiva de los elementos de la cultura de ese grupo. (Rosa; Bellelli; Bakhurst, 2008, p.190)

Assim, ainda que a problemática das identidades tenha retornado, com maior intensidade, à ordem do dia, nos finais do século XX e na primeira década do século XXI e as identidades sejam, visivelmente, cada vez mais, conscientemente mobilizadas no campo político, envolvendo disputas materiais e simbólicas, pode-se perceber que a diversidade identitária e a identidade nacional não conflitam de maneira tão excludente, na maior parte dos Estados estabelecidos, como em um primeiro momento parecia acontecer. Em muitos casos não é a identidade nacional que é posta em xeque, mas sua representação. Os embates entre os diferentes grupos dão-se pelos sentidos – por uma revisão da gramática – que envolvem esse grande símbolo identitário que funciona como semióforo para as sociedades modernas.

Se, como constatamos anteriormente, as experiências objetivas e subjetivas dos seres humanos se constroem em interação com representações a respeito de quem são e quem podem ser, é forçoso constatar que muito dos dilemas contemporâneos a respeito de alteridade, autoestima, eticidade e moralidade dialogam diretamente com as representações identitárias nacionais. Por tudo isso, pensar por dentro, entre e em torno da nação e suas representações, no passado e no presente, pode ainda ser um recurso intelectual instigante, senão fundamental.